

ARTIGO**EVOLUÇÃO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: DAS PESQUISAS BIBLIOGRÁFICAS AOS MULTILETRAMENTOS****EVOLUTION OF INFORMATION LITERACY: FROM BIBLIOGRAPHIC RESEARCH TO MULTILITERACY**

SHEYSY ARAGÃO MONTEIRO¹
ANA CRISTINA DA SILVA SANTOS²

RESUMO

O processo histórico da competência em informação está relacionado, de modo geral, a um conjunto de habilidades, de conhecimentos e de atitudes necessário à obtenção de informação, de conhecimento e de aprendizado. O artigo tem, como objetivo, analisar o desenvolvimento histórico da competência em informação, desde as orientações bibliográficas e as pesquisas em bibliotecas, passando pelo meio digital, até os períodos de consolidação e de multiletramento. Apresentam-se pontos importantes da evolução histórica da competência em informação, iniciada a partir da década de 1960 em território americano, expandindo-se globalmente e sendo aperfeiçoada com os avanços tecnológicos. Permeada por padrões elaborados por diversas instituições reconhecidas, até o alcance de um patamar interdisciplinar e consolidado, a competência em informação é, na atualidade, um dos meios de combate às mazelas informacionais e digitais que a tecnologia traz. Conclui-se que a evolução da competência em informação é complementada por outras competências, o que torna seu conhecimento e sua utilização, com critérios éticos, sociais e educacionais, primordial no mundo globalizado.

Palavras-chave: competência em informação; competências digitais; multiletramentos.

ABSTRACT

The historical process of information literacy is generally related to a set of skills, knowledge, and attitudes necessary for obtaining information, knowledge, and learning. The article aims to analyze the historical development of information literacy, from bibliographic guidelines and library research, through the digital environment, to periods of consolidation and multiliteracy. Important points in the historical evolution of information literacy are presented, beginning in the 1960s in the United States, expanding globally, and being refined with technological advances. Permeated by standards developed by various recognized institutions, until reaching an interdisciplinary and consolidated level,

1. Mestra em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialista em Formação de Contadores de Histórias e Mediadores de Leitura, pela Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), e graduada em Biblioteconomia, pela UFPA, e em Artes Visuais, pela Escola Superior Madre Celeste (ESMAC). Atualmente, é bibliotecária-documentalista na UFPA, lotada no Campus Universitário de Salinópolis. Contato: monteirosheysy@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9765-6668>.

2. Mestra em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialista em Administração de Bibliotecas Públicas e Escolares, pela Universidade Estácio de Sá, e em Biblioteconomia, pela Faculdade Dom Bosco, e graduada em Biblioteconomia, pela UFPA. Atualmente, é analista acadêmica na Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental. Contato: accristinasantos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8930-7142>.

information literacy is currently one of the means of combating the informational and digital ills that technology brings. It can be concluded that the evolution of information literacy is complemented by other skills, which makes its knowledge and use, with ethical, social, and educational criteria, essential in a globalized world.

Keywords: information literacy; digital competencies; multiliteracies.

1 INTRODUÇÃO

A informação nos leva a uma grande quantidade de conteúdos, em diversas áreas do conhecimento, e, com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o acesso a diferentes fontes de informação foi facilitado, sem limites de espaço e de tempo (Silva; Cardoso, 2020). Encontrar a informação com precisão, com qualidade e com agilidade é a chave para tomar decisões, para antecipar e controlar riscos, para coordenar ações, e em geral, para solucionar problemas.

Devido ao fenômeno da *big data na Internet*, saber pesquisar, encontrar e selecionar o que é pertinente e de qualidade se torna uma tarefa muitas vezes difícil, pois requer entender e processar as necessidades próprias de informação entre enormes quantidades de conteúdos digitais, filtrar aquilo que realmente atende à necessidade de informação do sujeito e ter a habilidade para recuperar os documentos necessários. Além disso, é imprescindível saber identificar e se defender dos perigos da rede, como o cybercrime e o cyberbullying, e das diversas formas de monitoramento e proteger incessantemente a privacidade.

Partindo destas reflexões, apresenta-se a competência em informação, com origem na expressão *information literacy*, que se refere à aptidão do indivíduo em reconhecer quando há a necessidade da informação e à habilidade de desenvolver estratégias de busca, de localização, de avaliação e de uso da informação de modos preciso e eficiente, considerando os aspectos legais e éticos de utilização desta informação, igualmente (Silva; Farias, 2020).

Dando suporte a esta capacidade estão as competências digitais, que, segundo o Conselho Europeu de Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida (2018, p. 9), estão relacionadas à “[...] adesão e a utilização confiante, crítica e responsável de tecnologias digitais na aprendizagem, no trabalho e na participação na sociedade”, incluindo as competências da informação em dados,

mediática, de criação de conteúdos digitais e de segurança.

As competências digitais incluem as capacidades de acesso, de utilização, de filtragem, de avaliação, de criação, de programação e de partilha de conteúdos digitais, bem como exigem atitudes críticas dos usuários, perante informações e dados disponibilizados em meios digitais, e conscientes dos princípios jurídicos e éticos envolvidos na utilização das tecnologias digitais (Conselho Europeu, 2018).

O *Quadro Europeu de Competências Digitais para Cidadãos* (DigComp) é um dos modelos de referência no avanço para as competências digitais, sendo uma ferramenta para melhorar e para ajudar a formular políticas, que apoiem sua construção, bem como para planejar iniciativas de educação e de formação, que busquem aprimorar a competência digital de grupos-alvo específicos (Vuorikari et al., 2016).

Assim, ressalta-se que os cidadãos precisam de competência digital para participar e para ter benefícios em oportunidades digitais, logo é imprescindível buscar mensurar o índice de competências digitais dos indivíduos, para que haja políticas públicas, que respondam à educação digital da sociedade (Vuorikari et al., 2016).

Competências digitais e em informação se complementam como letramentos múltiplos, que respondem à complexidade sociotécnica, que acompanha os regimes informacional e digital na sociedade da informação. Nas universidades e em outras instituições educativas, as formações profissionais e pessoais dos cidadãos são permeadas pelas tecnologias digitais, seja para utilizar sistemas, seja para fazer pesquisas e outras tarefas, que utilizem a *Internet*, pois a maioria dos trâmites exige conhecimento em algum tipo de ferramenta digital, logo não ter o domínio de tais ferramentas pode dificultar as diversas atividades dos ambientes acadêmico e laboral — e a integração social, inclusive.

Nesse contexto, o presente artigo objetiva analisar o desenvolvimento histórico da competência em informação, desde as orientações bibliográficas e as pesquisas em bibliotecas, passando pelo meio digital, até o momento de consolidação e os multiletramentos. Apresenta-se, assim, o desenvolvimento histórico da competência em informação nas suas fases: orientações bibliográficas e pesquisas em bibliotecas (1974-1989); primeiras propostas de padrões, em torno da competência em informação (1990-1999); nascimento de uma perspectiva interdisciplinar (2000-2009); e período de consolidação e multiletramentos (2010-atual) (De Lucca;

Neubert, 2022).

2 ORIENTAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS E PESQUISAS EM BIBLIOTECAS (1974-1989)

No cenário informacional da primeira metade do século XX, cursos de instrução bibliográfica eram raros, e, quando havia, restringiam-se ao ensino de técnicas de pesquisa em biblioteca. A situação começou a mudar nas décadas de 1930 e 1940, quando houve expansões das bibliotecas e dos acervos, em virtude da prosperidade financeira do pós-guerra. A informação passou a ser vista como sinônimo de poder, logo eram necessárias mudanças no seu gerenciamento (Dudziak, 2016).

Por volta dos anos 1960, o bibliotecário americano Evan Farber dá início a um programa de orientação bibliográfica bem-sucedido na faculdade em que atuava, o qual o levou a realizar uma apresentação para a *American Library Association* (ALA). Historicamente, o intuito desta instituição era o de formar uma organização profissional de bibliotecários e, atualmente, tem a missão de “[...] fornecer liderança para o desenvolvimento, promoção e melhoria dos serviços de biblioteca e informação e da profissão de biblioteconomia, a fim de melhorar o aprendizado e garantir o acesso à informação para todos” (ALA, 2023).

Assim, teve início a construção de um movimento nacional de incentivo à educação e ao uso das bibliotecas acadêmicas. Na década de 1970, Paul Zurkowski desenvolveu estudos sobre a indústria da informação, em que pontuou que o acesso e a organização da informação não estão plenamente disponíveis, em grau proporcional, a quem deles necessita (Dudziak, 2016). Ao estabelecer ligações entre a indústria da informação e as bibliotecas, o autor identificou categorias de recursos de informação, as quais foram descritas no relatório *Ambiente de serviços de informação: relações e prioridades* (*Information services environment: relationships and priorities*, no original), em que utiliza a expressão *information literacy* como meio primordial ao desenvolvimento de um grande programa nacional de competência em informação para a nação, bem como a traz a definição de uma estrutura institucional para o Ambiente de Serviço de Informação, até o ano de 1984 (Zurkowski, 1974).

Nos anos 1980, o escritor Forest W. Horton Jr. publica o artigo *Competência em informação versus competência computacional* (*Information literacy versus computer literacy*, no original), pontuando a competência em informação como

oposição à computacional, pois entendia que a primeira estava direcionada a elevar os níveis de consciência dos indivíduos e das empresas, logo ia além dos conhecimentos informáticos e computacionais (Dudziak, 2016).

Assim, *information literacy*, referenciada neste artigo como competência em informação, é uma expressão pioneira em pesquisas relacionadas à temática neste período, tal que, nos anos seguintes, professores e bibliotecários publicaram obras, como *Governo de Estado e bibliotecas (State Government and Libraries*, no original), de Major R. Owens, e *A revolução das comunicações: o desafio do terceiro século da América (The Communications Revolution: America's Third Century Challenge*, no original), de Lee G. Burchinal, sobre a necessidade e a importância da implementação da competência em informação, ressaltando que esta vai além do letramento/alfabetização, bem como inclui o uso de computadores (Dudziak, 2016). Também houve destaque a uma abordagem mais ampla, que incluía as preparações para saber acessar e para fazer uso da informação (De Lucca; Neubert, 2022).

O desenvolvimento das TIC nas bibliotecas, em 1985, foi um dos exponenciadores em pesquisas referentes ao tema, e a publicação do relatório do Comitê Presidencial da ALA, em 1989, colocou as bases conceituais e estratégicas, com vistas ao desenvolvimento e à implementação da competência em informação (Pinto; Escalona-Fernández; Pulgarín, 2013).

O Comitê Presencial em Competência em Informação, constituído em 1987, que possuía, como membros, a então presidente da ALA Margareth Chisholm, Patricia Breivik, da Universidade do Colorado, Carol Kuhlthau, da Universidade Rutgers, entre outros profissionais, elaborou o documento *Comitê Presencial em Competência em Informação: Relatório Final 25 (Presential Committe on information literacy: Final Report 25*, no original), que apresentava a definição de indivíduos competentes em informação como os capazes de reconhecer o momento, em que informação é necessária, possuindo habilidades de localização e de avaliação do que é importante, além de serem aqueles que “aprendem a aprender” (ALA, 1989).

O modelo de aprendizagem proposto exigia uma reestruturação curricular, que dava destaque ao uso de recursos informacionais, enfatizando a aprendizagem e a resolução de problemas e incitando as práticas de buscar e de utilizar informações.

Nessa mesma década, destaca-se o trabalho de Carol Kuhlthau, apresentando

um modelo relacionado ao processo de aprendizado, com início nas buscas e no uso de informações, e seus estudos incluíam os processos cognitivos, dando destaque à educação. O livro *Alfabetização informacional: revolução na biblioteca* (*Information literacy: revolution in the library*, no original) (Breivik; Gee, 1989) foi outro destaque da época, pois enfatizava a cooperação entre bibliotecários e administradores de universidades, enfocando o viés educacional das bibliotecas acadêmicas e a importância da capacitação dos estudantes na busca e no uso da informação (Dudziak, 2003).

Esses podem ser considerados os primeiros passos da competência em informação, e, com o avançar dos anos, pesquisas e observações de estudiosos de diversas instituições prosseguiram, com a criação de padrões norteadores da competência em informação.

3 PRIMEIROS PADRÕES, EM TORNO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO (1974-1989)

A década de 1990 foi caracterizada pela popularização e pela evolução da temática, após a publicação dos primeiros padrões de competência em informação, pela ALA. Nesse período, alguns autores consideravam a *information literacy* apenas como um nome mais atual para a educação de usuários, logo salientaram que o uso da expressão deveria ser abandonado (Dudziak, 2001). Houve o aumento na produção científica acerca do assunto, com vários estudos de caso nos Estados Unidos e na Austrália, e programas educacionais passaram a ser implementados, porém, para muitos bibliotecários, a expressão era apenas outro modo de se referir à educação de usuários (Dudziak, 2003). Por outro lado, McCrank (1991) pontua que os bibliotecários assumiram o uso da expressão, porém com dificuldades em compreender seu significado.

Com destaque nas agendas educacionais, o período também é marcado pela identificação e pela exploração de diferentes paradigmas de pesquisa em competência em informação, tais como:

- Cognitivista - Atribui, à informação, a característica de possuir capacidade de modificar um estado de conhecimento;
- Construtivista - Relacionado à aprendizagem baseada em recursos, a qual enfatizava a utilização de variedades de fontes e de tecnologias de informação no aprendizado;

- Teoria crítica - Enfatiza os diferentes papéis dos agentes na estrutura social, as assimetrias na acumulação de capital cultural e as desigualdades presentes no acesso à informação (Vitorino; Piantola, 2020).

Há extensões do tema para setores de tecnologia, para a comunidade e para a organização da aprendizagem, bem como surge interesse em pesquisas, baseadas no local de trabalho — pesquisas práticas, aplicadas e puras são predominantes neste período (Bruce, 2000). Os estudos de Christina Doyle (1992), empregando a técnica *Delphi*, serviram para criar um sentido para a competência em informação, caracterizando-a como as habilidades de acessar, de avaliar e de usar informação, a partir de variadas fontes, o qual foi amplamente aceito como definição e como descrição, sendo utilizado ainda hoje.

Similarmente, a fenomenografia, de Bruce (1997), criou um método de pesquisa, que visa esquematizar as diferentes formas qualitativas, pelas quais as pessoas experienciam, conceituam, percebem e compreendem os vários aspectos dos fenômenos e do mundo a sua volta, por meio de um modelo relacional de pesquisa, que aborda a competência em informação, a partir de uma relação entre usuário e informação, perpassando o construto desta e indicando sete concepções e experiências, que fazem parte da competência em informação: tecnologia de informação; fontes de informação; processo; controle da informação; construção do conhecimento; extensão do conhecimento; e saber.

Relacionados à competência em informação, foram incorporados outros temas, como sistemas de informação, computadores e *Internet*, indicando outras vertentes do assunto, como competência digital (*digital literacy*), relacionado às capacidades de compreender e de utilizar informação em múltiplos formatos, provenientes de uma ampla variedade de fontes, quando apresentada em computadores — logo, não se refere apenas às capacidades de ler e de escrever em telas e em teclados, mas inclui a capacidade de entendimento daquilo que se lê —; e competência computacional (*computer literacy*), caracterizada pelas habilidades no uso de competente de computadores, e, em estudos mais amplos, pela participação ativa na sociedade baseada em informação (Bawden, 2001).

Ademais, destacam-se abordagens relacionadas à educação e a treinamentos para ensino e aprendizagem informacional no contexto acadêmico e em bibliotecas, sobretudo em virtude do surgimento da *World Wide Web*, com a sobrecarga de informações que esta trouxe consigo.

Observa-se que o surgimento do aspecto digital e a *Internet* contribuíram significativamente para o maior desenvolvimento e para a expansão das discussões acerca do tema, o qual passou a se relacionar diretamente com outras áreas, ganhando um olhar interdisciplinar — sobretudo, da Educação —, e alcançando diversos países, com a criação de documentos considerados marcos na área.

4 O NASCIMENTO DE UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR (2000-2009)

De acordo com De Lucca e Neubert (2022), em pesquisa realizada na coleção principal da base de dados *Web of Science* entre 1974 e 2019, as publicações aumentaram exponencialmente na década de 2000, quando comparadas a períodos anteriores, sobretudo a partir da publicação do documento *Padrões de competência em informação no ensino superior (Information Literacy Competency Standards of Higher Education, no original)*, pela *Association of College and Research Libraries* (ACRL), associação de ensino superior para bibliotecários, e uma divisão da ALA, cujo objetivo era o de liderar bibliotecários e bibliotecas acadêmicas e de pesquisa no avanço da aprendizagem e na transformação de estudos (ALA, 2006). Segundo ACRL (2000), a competência em informação tem, como escopo, um conjunto de habilidades, que estabelece que as pessoas reconheçam quando a informação é necessária e possuam as capacidades de localizar, de avaliar e de usar efetivamente a informação.

O documento também define padrões para o desenvolvimento da competência em informação, ressaltando a mudança tecnológica e o grande volume de informações, que levam a questionar suas autenticidade, validade e confiabilidade. O texto pontua, ainda, que apenas o acesso a uma gama de informações não criará uma sociedade mais informada, sendo preciso que os cidadãos possuam um conjunto complementar de habilidades, necessárias ao uso eficaz da informação (ACRL, 2000). Nesse sentido, o conceito de competência em informação passa a ter um maior caráter interdisciplinar, ao reunir bibliotecários, educadores e acadêmicos, além de coexistir com os meios digital, midiático e intercultural.

A ACRL (2000) destaca a competência digital como formas de desenvoltura, que permitem, aos indivíduos, utilizarem computadores, aplicações informáticas, bases de dados e outras tecnologias, para alcançar metas acadêmicas, laborais e pessoais, bem como menciona a interligação entre as TIC e a competência em informação, pois os indivíduos precisam ter domínio tecnológico para serem competentes no acesso e no uso de informações.

Cavalcante (2006) aponta relações entre estas duas competências na educação superior, uma vez que a competência em informação se relaciona sobretudo ao uso de tecnologias em diferentes suportes de informação, favorecendo o crescimento profissional, a capacitação na pesquisa, a gestão e a avaliação no uso de fontes de informação.

Com base em uma análise bibliométrica de artigos científicos incluídos nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*, no período de 1974 a 2011, Pinto, Escalona-Fernández e Pulgarín (2013) pontuam que, entre 2000 e 2009, fixam-se a importância da competência em informação para o ensino superior e o papel primordial das bibliotecas universitárias na formação de alunos competentes em informação.

O conceito passa a ser considerado socioeducacional, uma vez que se tem a compreensão de que o desenvolvimento da competência em informação leva em conta aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de trabalho e de saúde, sem perder a forte vinculação à biblioteca, ao bibliotecário e às instituições acadêmicas, agora com associações à tecnologia e à educação a distância, enfatizando a área da Educação, além da Biblioteconomia (De Lucca; Neubert, 2022).

Nos anos 2000, iniciam-se as discussões sobre a temática em território brasileiro, com as contribuições de Caregnato (2000), de Hatschbach (2002), de Dudziak (2001), de Campello (2003), entre outras, bem como com o surgimento, o reconhecimento e a tradução da expressão *information literacy* para “alfabetização informacional” (ALFIN), na Espanha, para “literacia da informação”, em Portugal, e para “competência informacional” e “competência em informação”, no Brasil, o que aponta as diversas terminologias empregadas em distintos locais (Gasque, 2010).

O Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação, do IBICT, apresenta a expressão “competência em informação” como descritora, para referir o conjunto de competências que uma pessoa adquire, com os objetivos de identificar e localizar informações necessárias, de manipular e avaliar fontes de informação, de elaborar estratégias de busca e de saber utilizar a informação, criando novos conhecimentos e transformando-os em ação (Pinheiro, 2014).

Todavia, Caregnato (2000) propõe a expansão do conceito de educação de usuários e ressalta a necessidade de as bibliotecas universitárias estarem preparadas para oferecer novas possibilidades de desenvolvimento aos alunos, incluindo as

habilidades informacionais necessárias para interagir no ambiente digital.

Nesse período, surgem os primeiros planos de incorporação das TIC, as traduções de documentos-chave de competência em informação, em nível mundial, e os primeiros cursos, que trabalham e que consideram a formação em competências informacionais em diferentes carreiras, na Espanha e no México (Uribe-Tirado, 2010).

Na mesma época, aumenta o número de publicações ibero-americanas sobre competência informacional no contexto internacional; esses trabalhos incluíam reflexões e primeiras ações para formações em competências didáticas, informacionais e tecnológicas, e apontavam para a necessidade de que estas estivessem presentes em currículos das bibliotecas, em serviços de documentação e em ementas de cursos da área de Ciência da Informação — os cursos de doutorado para bibliotecários, para documentalistas, para profissionais da informação, entre outros, incluíram estes conteúdos como obrigatórios. Em geral, houve aumento nos quantitativos de publicações de artigos teórico-conceituais e aplicados na área, em periódicos científicos internacionais (Uribe-Tirado, 2010).

Igualmente, são publicados documentos acerca do assunto em diferentes países, ressaltando a importância, a conscientização e a disseminação de práticas em torno da competência em informação, dos quais se destacam: a Declaração de Praga (UNESCO, 2003); a Declaração de Alexandria (IFLA, 2005); e a Declaração de Toledo (2006).

Em 2008, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (*International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), no original), organismo internacional que representa os interesses dos serviços de biblioteca e de informação e dos seus utilizadores, possuindo as missões de inspirar, de envolver, de capacitar e de conectar o campo bibliotecário global (IFLA, 2023), apresenta as diretrizes do desenvolvimento das habilidades em informação para a aprendizagem permanente, enfatizando que o sujeito competente em informação é capaz de reconhecer suas necessidades informacionais, sabendo realizar atividades de localização, de identificação, de recuperação, de acesso, de avaliação, de organização e de utilização da informação. Esse sujeito deve relacionar diferentes conceitos às habilidades em informação: fluidez informativa; educação (ou formação) de usuários; instrução de bibliotecas; orientação em bibliotecas; competência em informação; habilidades em informação; e desenvolvimento de aptidões informacionais (IFLA, 2008).

Nesse período, também têm destaques cursos curriculares e primeiros planos estratégicos de competência informacional no interior das universidades, bem como ocorre uma maior divulgação da expressão através da Web 2.0 (Uribe-Tirado, 2010).

A partir destes marcos e da expansão da web no cotidiano mundial, outros documentos foram elaborados — alguns, sendo apenas atualizados —, em busca de contemplar a competência em informação, sob o aspecto digital diretamente ligado a ela. Assim, temos a sua consolidação e o diagnóstico de que outras competências são resultantes e necessárias a sua plena utilização, de formas responsável, ética e eficaz.

5 O PERÍODO DE CONSOLIDAÇÃO E OS MULTILETRAMENTOS (2010-ATUAL)

Nos anos 2010, em busca de um trabalho colaborativo e de criação de redes para o crescimento desta no contexto dos países ibero-americanos, destacam-se as 15 ações de competência em informação postas na Declaração de Havana (2012, p. 1-5), que incluem: formar, em todas as subcompetências, processos informacionais o mais efetivamente possível, alcançando a todos; trabalhar pelo seu reconhecimento como uma formação transversal e fundamental em todos os contextos, criando espaços para intercâmbios e para utilização de diferentes recursos da web; considerar as múltiplas competências, promovendo o trabalho conjunto e integrado de diferentes instâncias e fomentando o trabalho colaborativo inter e transdisciplinar; entre outras.

Em 2011, há a publicação das *Diretrizes para programas de instrução em bibliotecas acadêmicas* (*Guidelines for Instruction Programs in Academic Libraries*, no original), no intuito de auxiliar bibliotecários no preparo e no desenvolvimento de programas instrucionais, contendo: 1. Desenho do programa, com declarações dos seus propósito e missão, com identificação do seu conteúdo e dos seus modos de instrução e com definições da sua estrutura programa e do seu modo de avaliação; 2. Suporte a instalações instrucionais e de apoio, especificando bases financeiras, à educação continuada, à formação, ao desenvolvimento e aos seus recursos humanos (ALA, 2011).

Igualmente, tem destaque, em 2016, a divulgação do *Framework Information Literacy Higher Education*, a partir de uma atualização do *Standards* de 2000 (ACRL, 2016). Em 2019, a ACRL/ALA também publica *Características dos programas*

de alfabetização informacional que ilustram as melhores práticas: uma diretriz (*Characteristics of programs of information literacy that illustrate best practices: a guideline*, no original), com foco em definir elementos das melhores práticas nas programações de competência informacional; essas são constituídas das categorias: missão, metas e objetivos; planejamento; apoios administrativo e institucional; sequenciamento de programas; pedagogia; comunicação; advocacia; e avaliação (ALA, 2019).

Desse modo, esse momento é considerado de consolidação para os estudos relacionados ao assunto, pois, além das predominâncias da Biblioteconomia, da Tecnologia e da Educação, há realce para outras áreas de estudo, como a Saúde e a Computação, que englobam a competência, exigindo domínio de outras aptidões e apontando para os movimentos adjuntos, bem como para a exploração destas em lugares e entre públicos específicos (De Lucca; Neubert, 2022).

Esses movimentos adjuntos ganham mais proeminência, em virtude do uso massivo das tecnologias, destacando-se, além das digitais, as competências: midiática (*media literacy*); científica (*scientific literacy*); visual (*visual literacy*); novas midiáticas (*new media literacy*); em dados (*data literacy*); transalfabetização (*transliteracy*); e multiletramentos (*metaliteracy*) (Bamford, 2003; Costal; Sales; Zattar, 2020; De Lucca; Neubert, 2022; Ipri, 2010; Jenkins et al., 2009; Onyancha, 2020; Rosenthal, 2020; Sample, 2020).

A competência midiática está relacionada ao consumo e à criação de informação em meios de comunicação, construindo uma compreensão do papel destes na sociedade. Tal modalidade desempenha papel importante, pertinente aos riscos da informação, pois seu desenvolvimento possibilita proteger melhor a privacidade, evitar crimes cibernéticos e rejeitar notícias falsas (Rosenthal, 2020).

Observar o processo de descoberta, os fatos científicos e como as pessoas utilizam este conhecimento coletivamente caracteriza a competência científica, de modo que indivíduos cientificamente competentes possuem habilidades e confiança para tomar decisões interligadas à ciência, envolvendo a interpretação de informações científicas na mídia. Ademais, tais aspectos podem estar envolvidos na tomada de decisões baseadas na ciência (Rosenthal, 2020).

A competência visual envolve desenvolver um conjunto de habilidades necessárias a interpretar o conteúdo de imagens visuais e a examinar seus impactos sociais

(Bamford, 2003). Esse conceito é primordial, diante da infinidade de imagens presente nos meios digitais, fazendo parte das novas competências midiáticas, que se caracterizam pela capacidade de pensar criticamente, em um conjunto de destrezas colaborativas e conectivas, utilizando e interagindo com os meios de comunicação — sobretudo, os digitais — de formas eficaz, responsável e significativa (Jenkins *et al.*, 2009).

A competência em dados leva em consideração a formação de habilidades dos indivíduos, ao utilizar as TIC para lidar com dados — principalmente, em ambientes digitais —, incluindo seleção, sintetização e combinação com outras fontes de conhecimentos, além de determinar quando os dados são necessários, compondo uma dimensão da competência em informação, pois esta não comporta sozinha a multiplicidade conceitual atribuída a mudanças nos variados ambientes e contextos de informação (Costal; Sales; Zattar, 2020).

De modo geral, a transliteração preocupa-se com o que significa ser tecnologicamente competente no século XXI, analisando a relação entre as pessoas e a tecnologia — qualquer que seja esta tecnologia, em especial as redes sociais. Logo, tal aspecto se relaciona às capacidades de ler, de escrever e de interagir, através de variedades de plataformas, de ferramentas e de meios de comunicação, passando pela caligrafia, pela impressão, pela TV, pelo rádio e pelos filmes, até as redes sociais digitais (Ipri, 2010).

Os multiletramentos envolvem ensino e aprendizagem combinados, métodos de ensino e colaboração entre diferentes profissionais e usos de tecnologias, logo esta modalidade pode ser considerada guarda-chuva, já que inclui várias competências (como digital, midiática, visual, tecnológica) necessárias a práticas socioculturais, permeadas por um processo de aprendizagem contínuo e profundo, além de habilidades específicas, como pontuado no início das discussões acerca da competência em informação (De Lucca; Neubert, 2022; Onyancha, 2020; Sample, 2020). Os multiletramentos consistem em uma ampliação — e em um reforço — das conexões entre a competência informacional e outras estruturas de competências, sendo um conjunto amplo e autorreferencial, que associa tecnologias emergentes e que unifica múltiplos tipos de competências (Jacobson; Mackey, 2011).

Observa-se que as primeiras conceituações de competência em informação eram permeadas pela ideia das habilidades que um indivíduo deveria possuir, porém, com a inserção de diversas áreas em distintos contextos — principalmente, o aspecto

digital —, essas definições foram sendo aperfeiçoadas para habilidades que vão além do saber fazer, uma vez que incluem aspectos cognitivos e que definem a competência em informação como uma forma de pensar (Sample, 2020), na qual estão implícitas vivências empíricas, de como o mundo atinge nossas sensações, e aspectos éticos e sociais — incluindo a cidadania — demandados no convívio em sociedade. Assim, essa perspectiva corrobora as dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação, que constituem os alicerces das informações transmitida e recebida e as aptidões necessárias para processá-las e para utilizá-las, para agir significativamente na construção da realidade (Vitorino; Piantola, 2011, 2020).

Ademais, a edificação de competências é um processo que, quando iniciado, nunca termina, sendo sempre possível prever mais competências, pois se caracteriza como um sistema ativo de autorrenovação e de mudança pessoal, propiciado pelo aprender a aprender e pelo aprendizado ao longo da vida (Dudziak, 2007; Vitorino; Piantola, 2020).

Ao abordar o aspecto digital, encontramos as realidades da inclusão e da exclusão digitais. Para que haja a inclusão, é necessária capacitação, pois não se trata apenas de oferecer computadores e aulas a populações de baixa renda, para que estas aprendam o manuseio de programas computacionais, uma vez que este item se relaciona apenas a questões de infraestrutura, sendo apenas um dos diversos fatores que envolvem o assunto; a população necessita de alfabetização em sentido amplo, em todas as áreas, o que envolve processos de análise, de organização, de produção e de socialização de informações e conhecimentos (Bonilla, 2002). Não existe sociedade da informação, sem cultura informacional, logo o ponto crucial não é a falta de dispositivos, mas o analfabetismo em informação (Tarapanoff; Suaiden; Oliveira, 2002).

Assim, o *Marco de Avaliação Global da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO, 2016) discorre sobre a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), formando visões mais amplas sobre as alfabetizações e sobre os aspectos tecnológicos: “[...] um conjunto de competências que empodera os cidadãos para acessar, recuperar, compreender, avaliar, usar, criar e compartilhar informações e conteúdos midiáticos de todos os formatos”, enfatizando que estas avaliam as alfabetizações informacional e midiática, além das digital e em TIC, como complementares e unidas, sob um conceito composto,

bem como reconhecem que estes tipos de alfabetização são independentes, com suas próprias integridade e identidade. O documento destaca, ainda, que estas dividem o objetivo de produzir, nos indivíduos, as habilidades de acessar, de avaliar, de criar e de compartilhar informações e mensagens de mídia, através de vários meios. Com origens distintas, elas claramente são compatíveis e se complementam (UNESCO, 2016).

Nesse cenário, a Lei Federal n.º 14.533/2023, que instituiu a Política Nacional de Educação Digital (PNED), aponta, em seu art. 4º, o eixo Capacitação e Especialização Digital, visando garantir o desenvolvimento de competências digitais, por meio da capacitação de cidadãos, para que estes ingressem no mercado de trabalho; e coloca, nos parágrafos VI, IX e X do mesmo artigo, as necessidades de fortalecer e ampliar programas de pós-graduação (de mestrado e de doutorado) especializados em competências digitais, de contribuir com o desenvolvimento de projetos dirigidos ao desempregado ou recém-formado e de qualificar servidores e funcionários públicos como forma de combater o déficit em competências digitais na administração pública (Brasil, 2023).

A PNED tem, como escopo, a formação baseada na era digital, assim como a capacitação de funcionários públicos atuantes (professores e administrativos), de modo que estes sejam capazes de conduzir sua comunidade educacional a uma formação exitosa, além de garantir a capacitação de pessoas vulneráveis, oportunizando o desenvolvimento de novas habilidades entre estas, para que adentrem no mercado de trabalho (Brasil, 2023).

A competência em informação surgiu no contexto da Biblioteconomia, estendendo-se a várias vertentes, envolvendo Tecnologia e Educação, diretamente relacionada às competências digitais. Do mesmo modo, essa passou a se direcionar a públicos e áreas específicas, apontando o desenvolvimento, a consolidação e a contínua expansão da área, incluindo os multiletramentos, uma vez que, para haver a implementação e a promoção de ações de competência em informação, outras competências são requeridas, tais como as digitais, as midiáticas e as tecnológicas, o que é ressaltado, atualmente, em virtude da excessiva quantidade de informações, à que temos acesso a todo momento, muitas vezes produzindo efeitos negativos, como desinformação e a constituição de *fake news*, e sobretudo colaborando para a formação de indivíduos sem senso crítico, que acabam não reconhecendo e filtrando informações verídicas (De Lucca; Neubert, 2022; Onyancha, 2020;

Sample, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar o desenvolvimento histórico da competência em informação, desde as orientações bibliográficas e as pesquisas em bibliotecas, até o período de consolidação e os multiletramentos, passando pela constituição dos ditos meios digitais. Apresentou-se, como recorte inicial, as pesquisas bibliográficas, porém na atualidade a competência em informação tomou grande proporção na literatura científica, bem como na mídia e na sociedade, sobretudo em virtude dos alertas aos diversos perigos, aos quais estamos expostos nas redes, exigindo cuidados e cautela na criação, na produção, no recebimento e no compartilhamento de informações, que fazem parte dos princípios da competência em informação, ao atestar a veracidade e a confiabilidade das fontes. Tal lógica enfatiza a presença, além da dimensão técnica, das questões estética, ética e política pontuadas por Vitorino e Piantola (2020), uma vez que o ato criador, os preceitos éticos e sociais e o exercício da cidadania nos diversos campos da informação, incluindo sua disseminação de forma responsável, são basilares na competência em informação.

A terminologia inicial *information literacy* apresenta um panorama extenso de “traduções” em diversos países, tais como letramento informacional e alfabetização informacional, porém é necessário ir além dos conceitos, compreendendo que um cidadão informacionalmente competente deve ser capaz de buscar, de utilizar, de reconhecer e de fazer uso eficiente da informação em diversos contextos. Porém, para isto, é necessário que existam práticas, que trabalhem as lacunas existentes na formação deste indivíduo, não apenas colocando a competência em informação como algo maquinal, que o indivíduo sabe ou não fazer, ou que possui, mas não sabe usar, pois é preciso avaliar as existências das desigualdades sociais e econômicas e as diversas oportunidades, às quais nem todos têm acesso.

Instituições como ALA, IFLA e UNESCO apresentam diversos guias, manuais e outras recomendações para a formação de cidadãos competentes em informação. Do mesmo modo, em diversos âmbitos da sociedade — sobretudo, na área da Educação —, observamos a criação de projetos e/ou de programas, que contemplam as competências informacional e digital, como a PNED, citada ao longo deste texto. Porém, resta refletir sobre as práticas necessárias a serem empregadas para o sucesso e o alcance dos objetivos na execução destes projetos, isto é, as verdadeiras inclusões social e digital, incorporando os multiletramentos, apontados,

nessa discussão, como meios de inclusão, de qualificação e de emancipações social e digital, abrangendo, além das competências, os próprios entendimentos, diálogos, debates e sentidos críticos dos indivíduos.

A variedade e a rapidez de informações, a que temos acesso a todo instante, denotam que, atualmente, é muito fácil criar ou distorcer conteúdos, desde notícias simples a assuntos mais complexos, com o auxílio de diversas ferramentas digitais e midiáticas. Quando não há uma filtragem destes conteúdos, a chance de haver disseminação de notícias falsas é muito grande, e tal ocorre rapidamente, por meio de compartilhamentos nas redes, como *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*. Nesse sentido, é preciso a conscientização de que a competência em informação é um meio para prevenir os males existentes nos contextos informacional e digital, bem como são mandatórios os combates à desinformação e às *fake news*, cada vez mais presentes na sociedade, sobretudo desde o período eleitoral de 2018.

Nesse breve histórico da competência em informação, e em sua atualização no contexto coevo, pôde-se observar a sua evolução e permanente discussão e o seu avanço no ecossistema digital em que estamos imersos, pois a tecnologia se faz presente em todas as relações do ser humano.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **ACRL History**. 2006. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/aboutacrl/history/history>. Acesso em: 05 out. 2023.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Characteristics of Programs of Information Literacy that Illustrate Best Practices: A Guideline**. 2019. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/standards/characteristics>. Acesso em: 04 abr. 2024.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Guidelines for Instruction Programs in Academic Libraries**. 2011. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/standards/guidelinesinstruction>. Acesso em: 04 abr. 2024.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **About ALA & Our Mission**. 2023. Disponível em: <https://www.ala.org/aboutala>. Acesso em: 07 jul. 2025.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential Committee on Information Literacy**. Final report. Chicago, 1989. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/publications/>

whitepapers/presidential. Acesso em: 30 jun. 2023.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago: ACRL Board, 2016. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 23 jul. 2023.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Chicago: Association of College and Research Libraries, 2000. Disponível em: <https://alair.ala.org/bitstream/handle/11213/7668/ACRL%20Information%20Literacy%20Competency%20Standards%20for%20Higher%20Education.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BAMFORD, A. **The visual literacy white paper**. 2003. Disponível em: <https://aperture.org/wp-content/uploads/2013/05/visual-literacy-wp.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

BAWDEN, D. Information and digital literacies: a review of concepts. **Journal of Documentation**, v. 2, n. 57, 2001. Disponível em: <https://repository.arizona.edu/bitstream/handle/10150/105803/bawden.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 set. 2023.

BONILLA, M. H. S. **Escola aprendente**: desafios e possibilidades postos no contexto da sociedade do conhecimento. 2002. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11704?mode=simple>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023**. Institui a Política Nacional de Educação Digital. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em: 05 set. 2023.

BREIVIK, P. S.; GEE, E. G. **Information literacy**: revolution in the library. New York: Collier Macmillan, 1989.

BRUCE, C. Information literacy research: dimensions of the emerging collective consciousness. **Australian Academic & Research Libraries**, Melbourne, v. 31, n. 2, p. 91-109, jan. 2000. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00048623.2016.1253423>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRUCE, C. **The seven faces of information literacy**. Adelaide: Auslib Press, 1997.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 28-37, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/9nQgbdkq5nXsNBLfv5MBHNm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2025.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan./dez. 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/99818>. Acesso em: 26 jul. 2023.

CAVALCANTE, L. E. Políticas de formação para a competência informacional: o papel das universidades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 47-62, 2006. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/17>. Acesso em: 05. set. 2023.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Recomendação do Conselho da União Europeia**: Sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida. 2018. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01)). Acesso em: 20 jul. 2023.

COSTAL, M.; SALES, L.; ZATTAR, M. Competência em dados: habilidades na atuação e formação do bibliotecário. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 34, n. 02, p. 52-71, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/11809>. Acesso em: 19 out. 2023.

DE LUCCA, D. M.; NEUBERT, P. S. Abordagens temáticas da competência em informação: uma análise temporal a partir da produção científica indexada na Web of Science (1974- 2019). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, out./dez. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/122771>. Acesso em: 20 jun. 2023.

DECLARACIÓN DE LA HABANA. 15 Acciones de ALFIN... por un trabajo colaborativo y de generación de redes para el crecimiento de la alfabetización informacional en el contexto de los países iberoamericanos. In: CONGRESO INFO CUBA, SEMINARIO ALFIN / IBEROAMÉRICA, 2012. **Anais** [...]. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp->

content/uploads/2019/05/assets/information-literacy/publications/Declaration/ALFIN.Declara.Habana.2012.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

DECLARAÇÃO de Toledo sobre Alfabetização Informacional: bibliotecas pela aprendizagem permanente. 2006. Disponível em: <https://www.webcitation.org/5NrAiGhSS>. Acesso em: 07 jul. 2025.

DOYLE, C. **Outcome measures for information literacy within the national education goals of 1990:** final report of the National Forum on Information Literacy. Summary of findings. Washington: US Department of Education, 1992. (ERIC document, n.º ED 351033). Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED351033>. Acesso em: 03 jul. 2023.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas.** 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Doi:10.11606/D.27.2001.tde-30112004-151029. Acesso em: 05 out. 2023.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/xDBTqDKvmcsvMnmwLWprjmG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.

DUDZIAK, E. A. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001610590>. Acesso em: 04 set. 2023.

DUDZIAK, E. A. Políticas de competência em informação: leitura sobre os primórdios e a visão dos pioneiros da information literacy. In: ALVES, F. M. M.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. O. (org.). **Competência em informação:** políticas públicas, teoria e prática. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002846718>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GASQUE, C. K. G. D. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 83-92, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/9L8b38v48WBQSQVRX63BMsw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2023.

HATSCHBACH, M. H. L. **Information literacy:** aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior. 2002. 108 f. Dissertação

(Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/722>. Acesso em: 07 jul. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida**. 2005. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/wsis/Documents/beaconinfosoc-pt.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. Tradução de Célia Baptista Belluzo. São Paulo: UNESP, 2008. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Our Vision and Mission**. 2023. Disponível em: <https://www.ifla.org/vision-mission/>. Acesso em: 05 out. 2023.

IPRI, T. Introducing transliteracy: What does it mean to academic libraries? **College & Research Libraries News**, Chicago, v. 10, p. 532-567, nov. 2010. Disponível em: <https://crln.acrl.org/index.php/crlnews/article/view/8455/8698>. Acesso em: 19 out. 2023.

JACOBSON, T. E.; MACKEY, T. P. Reframing information literacy as a metaliteracy. **College & Research Libraries**, Chicago, n. 72, n. 1, p. 62-78, 2011. Disponível em: <https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/16132/17578>. Acesso em: 30 jul. 2023.

JENKINS, H. *et al.* **Confronting the Challenges of Participatory Culture. Media Education for the 21st Century**. Cambridge: Londres, 2009. Disponível em: https://www.macfound.org/media/article_pdfs/jenkins_white_paper.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

McCRANK, L. J. Information literacy: a bogus bandwagon? **Library Journal**, Dublin, v. 116, p. 38-42, maio 1991.

ONYANCHIA, O. B. Knowledge visualization and mapping of information literacy, 1975-2018. **IFLA Journal: International Federation of Library Associations**, Thousand

Oaks, v. 46, n. 2, p. 107-123, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0340035220906536>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI)**: disposição e competências do país. Brasília: UNESCO; Cetic.br, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246398>. Acesso em: 01 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). The Prague Declaration "Towards an information literate society". In: INFORMATION LITERACY MEETING OF EXPERTS, 1., Praga, 2003. **Anais [...]**. Conference Report. Praga: NCLIS/NFIL/UNESCO, 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000136151?posInSet=1&queryId=0b38a81e-c095-4269-a0e7-b4289f57cfb6>. Acesso em: 07 jul. 2025.

PINHEIRO, L. V. R.; FERREZ, H. D. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014. Disponível em: http://sitehistorico.ibict.br/publicacoes-e-institucionais/tesouro-brasileiro-de-ciencia-da-informacao-1/copy_of_TESAUROCOMPLETOFINALCOMCAPA24102014.pdf. Acesso em: 03 set. 2023.

PINTO, M.; ESCALONA-FERNÁNDEZ, M. I.; PULGARÍN, A. Information literacy in social sciences and health sciences: a bibliometric study (1974-2011). **Scientometrics**, Budapeste, v. 95, n. 3, p. 1071-1094, 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-012-0899-y>. Acesso em: 21 jun. 2023.

ROSENTHAL, S. Media literacy, scientific literacy, and science videos on the internet. **Frontiers in Communication**, v. 5, set. 2020. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fcomm.2020.581585/full>. Acesso em: 10 out. 2023.

SAMPLE, A. Historical development of definitions of information literacy: A literature review of selected sources. **The journal of Academic Librarianship**, Elsevier, v. 46, n. 1, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0099133319305026>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVA, A. C.; FARIAS, M. G. G. Competência em informação de bolsistas de iniciação científica. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 82-98, dez./mar. 2020. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/>

view/1531/pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

TARAPANOFF, K. M. A.; SUAIDEN, E. J.; OLIVEIRA, C. L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 2002. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5401>. Acesso em: 25 jun. 2025.

URIBE-TIRADO, A. La alfabetización informacional en iberoamérica. **Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación**, Zaragoza, v. 4, p. 165-176, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/167350>. Acesso em: 25 jul. 2023.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. **Competência em informação**: conceito, contexto histórico e olhares para a ciência da informação. Florianópolis: Ed. UFSC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/212553>. Acesso em: 20 jul. 2023.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr. 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/ci/a/SjcbWRPPfNPjhF5DhFT\\$skcv/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/ci/a/SjcbWRPPfNPjhF5DhFT$skcv/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 14 ago. 2025.

VUORIKARI, R. *et al.* **DigComp 2.0**: The Digital Competence Framework for Citizens. Update Phase 1: The Conceptual Reference Model. [S. l.]: Publication Office of the European Union, 2016. Disponível em: <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC101254>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ZURKOWSKI, P. **Information services environment**: relationships and priorities. Washington: National Commission on Libraries, 1974. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED100391>. Acesso em: 25 nov. 2022.